



006ª CUTHAB 19MAR2024

Pauta: Falta de água no Morro da Cruz e quais são as medidas adotadas pela Prefeitura para enfrentar o desabastecimento.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (10h16min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da CUTHAB (Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação).

Bom dia a todos e todas, sempre gosto de começar me apresentando aos que ainda não conheço. Meu nome é Giovanni Culau, vereador no primeiro mandato, vereador-presidente da CUTHAB neste ano. Quero compartilhar com vocês que para mim esta é uma reunião da CUTHAB especial, porque começo a comemorar aqui com vocês o meu aniversário no dia de hoje. (Palmas.) Um pouco triste que a nossa pauta não seja mais positiva, que hoje nós nos desafiamos e convocamos a reunião da CUTHAB, da nossa comissão, para tratar sobre a falta de água no Morro da Cruz. É um tema não dos dias de hoje, esse não é um problema recente – Cassiá, Karen, Pablo, Ver. José Freitas –, é um problema estrutural. Eu, no final do ano passado, no dia mais quente do ano, Ver. Cassiá, estive no Morro da Cruz e, no dia mais quente do ano, as pessoas enfrentavam uma situação de desabastecimento, de falta d'água. Não só nos momentos de crise e das emergências climáticas que a gente tem vivido, mas,

por exemplo, no próprio mês de fevereiro, a população daquela região ficou uma semana sem água nas torneiras. Nós sabemos bem que a água é um direito humano, esse desabastecimento tem atingido as unidades de saúde, as escolas da região. Então esse é um tema grave, um tema sério e um tema que por consequência precisa ser tratado pela Câmara de Vereadores, por muitas razões, uma delas pelo nosso papel de fiscalização e de fazermos deste espaço um espaço também que a população possa vir, reivindicar os seus direitos e participar dos debates da cidade. Então, quero agradecer aos colegas que acolheram esta pauta que foi proposta por mim, pelo nosso mandato e, de imediato, compor a nossa Mesa. Está presente, representando o DMAE, o Marco Antonio, que é de diretor de desenvolvimento, fica à vontade; e também a Angela Comunal, presidenta atual da União das Associações de Moradores de Porto Alegre, também moradora da região. Então eu queria propor aqui de metodologia, vamos ver se os meus colegas tem acordo, que nós pudéssemos iniciar com uma fala da própria Angela Comunal, que representa a comunidade, ao UAMPA. A partir da fala da Angela, nós podemos ouvir o DMAE e, a partir daí, a gente ouvir também as demais inscrições das representações da comunidade que estão presentes aqui com a gente hoje. Os vereadores sempre têm evidentemente o microfone à disposição. Podemos fazer assim? (Pausa.) Perfeito então, de imediato, passo para ti, Angela, muito obrigado pela tua presença.

SRA. ANGELA COMUNAL: Obrigada, Giovani, parabéns de novo pelo aniversário e comemorando aqui no primeiro momento com a gente, uma gratidão. Bom, eu quero falar uma situação um pouco mais ampla do que somente o Morro da Cruz. Nós viemos de alguns momentos de falta de água na cidade; então, enquanto presidente da UAMPA, a gente ouviu muitos relatos. Além do Morro da Cruz, e eu falo mais da Zona Leste, que é onde eu moro e onde eu faço a minha militância. Nós temos a Lomba do Pinheiro, que ficou dias sem água há um tempo bem próximo. E não temos muitas respostas. O que a gente tentou fazer e marcar esta reunião aqui é para que a gente também tivesse

uma ata e que a gente pudesse cobrar a partir das respostas que a gente vai ouvir. Por quê? Há dois anos, fazendo um relato, dois anos atrás, o Morro da Cruz ficou mais de 60 dias sem água em algumas casas, nas casas mais altas. Faltou água exatamente no dia 25, Natal de 2021, e nós fomos ter água somente lá no final de fevereiro. Nesse momento, a comunidade fez muitos movimentos, abaixo-assinado, alguns movimentos até de trancar as ruas e um movimento até, talvez não tão próprio, como dizem para a gente, que a gente precisaria fazer. Tivemos então uma grande visita do Sr. Prefeito Sebastião Melo, quando também foi criado um decreto naquele momento. Mas aquele decreto não dizia respeito somente ao Morro da Cruz, ele abrangia toda a Zona Leste da cidade, onde pegava o Morro da Cruz, São José, Santo Antônio, um pouco da Agronomia. Esse decreto era um pouco mais amplo, mas focamos então na questão do Morro da Cruz. Teve um encaminhamento paliativo da situação, sendo que se entregariam caixas d'água para algumas famílias. Nós questionávamos naquela época, por que caixas d'água, se a água não chegava, porque, na verdade, para tu teres caixa d'água para guardar a água, para ser um reservatório, tu precisas que a água chegue. E a água, em algumas casas, nessas que ficaram 60 dias, não tinha como chegar, nem com caminhão-pipa, até hoje. Essas casas que a gente fala, e algumas pessoas que estão aqui na plenária vão lembrar e vão saber, ficam no final da Rua São Guilherme. Lá não chega nem caminhão-pipa e, quando chega, os funcionários desse caminhão, eles não levam a mangueira até a caixa d'água. Então muitas são mulheres, mães solo e que não conseguem então levar essa mangueira, que é uma mangueira pesada, até a caixa d'água. As meninas ali estão fazendo assim com a cabeça, que é verdade. A gente não vem para uma plenária aqui para mentir, a gente já pediu várias reuniões na comunidade. Fomos atendidos com uma, mas, nessa reunião, não nos deram respostas. Talvez até deram umas respostas, mas não as respostas que a gente esperava. Então, nesse sentido, a gente pediu esta pauta aqui, Giovani, nesta comissão, porque daí vai ter notas taquigráficas aqui, e a gente pode depois fazer uma cobrança mais oficial. Teve obras o ano passado, a partir da entrega dessas caixas d'água, somente para

uma parte da população. Então Santana do Agreste, que está aqui presente, por exemplo, não recebeu caixas d'água; no final do Beco Três, onde era mais íngreme, também não receberam caixas d'água. Então outras, como a Represa, não receberam caixas d'água, e todos esses locais têm uma falta de água toda semana. Algumas semanas se prolonga para mais de dois, três, quatro dias. Isto é que nos preocupa: por que toda semana? E a cada semana uma desculpa de algum concerto, o que a gente já acha que é uma desculpa, que realmente não está acontecendo isso. A gente queria entender esses motivos também.

Na última reunião, até para informação, o próprio diretor do DMAE foi até a Escola Morro da Cruz e fizemos uma reunião com várias pessoas. Nessa reunião, então, disse que precisa – e o que a gente já sabia há bastante tempo – de uma obra de estrutura, uma obra que contemple todas essas bombas, todas essas questões que estão estragando consecutivamente. E isso precisa de projetos, e projetos que vão demorar. Só que a gente já está um pouco cansado, não só o Morro da Cruz, não só o bairro São José, nem só o bairro Santo Antônio, nem só a Lomba do Pinheiro, assim como outras comunidades de Porto Alegre. Até quando a gente não vai ter resposta de uma situação real? Vamos ser francos: por que isso tudo? Será que é pela questão de privatização? Acho que a gente tem que pensar o que está acontecendo e a gente quer respostas dessa situação. Por isso, a gente pede esta reunião na comissão aqui, na CUTHAB, para a gente ter essas atas. Depois, a gente vai pedir a cópia dessas atas para a gente entender. Ontem, num grupo que a gente tem com o diretor e com algumas pessoas da Prefeitura – porque eu faço parte de uma comissão de moradores que se instituiu na ida do prefeito –, não disseram que a gente mentia, mas disseram que a gente está falando inverdades, que não falta tudo isso de água, que a gente, sim, tem respostas, e não é verdade. Por isso que a gente vem até aqui, e outras pessoas ouvindo isso, para a gente poder ter uma solução. Talvez, essa comissão que lá foi instituída, ela precisa de pessoas novas. E a gente colocou, nessa última reunião com o DMAE, por exemplo, uma pessoa de cada rua, para que a gente pudesse construir juntos também alternativas, porque eu acho que é isto: a população precisa também partilhar

dessas questões com o DMAE. Então, se a gente precisar ajudar, é isso e a gente vai fazer, mas também com consciência de que não é tão fácil. A gente precisa de respostas hoje. Obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A gente que te agradece, Angela, muito importante te ouvir. Quero só pedir licença, antes de passar para o diretor Marco Antônio, que o Ver. José Freitas possa fazer a sua manifestação, que inclusive terá que se retirar para representação externa da Câmara em outra atividade.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, presidente Culau, eu queria pedir ao senhor para fazer uma solicitação à Casa para modificar esta mesa aqui, o último fica atrás dos convidados. Quando eu estava presidindo a COSMAM, eu solicitei e eles negaram. Eu disse a eles, se não fizessem, eu traria uma chave de casa para desaparafusar e fazer, aí eles fizeram, porque aqui fica ruim, e provavelmente a entrada vai ser só por ali, presidente, só por ali porque vai ter que ficar aqui, fica muito ruim a gente ficar atrás das pessoas aqui, obrigado.

Bom, essa questão da falta d'água não só no Morro da Cruz, mas em outros locais também...Por isso que eu até gostaria de falar antes, eu vou ter que sair às 11h, mas eu gostaria de ouvir o DMAE antes de sair, e eu gostaria de falar antes dele, para ver se está certo o que a gente tem recebido em relação ao Morro da Cruz. A gente sabe que tem se arrastado por anos essa falta d'água no Morro da Cruz, as ruas mais prejudicadas são a Travessa Santa Tereza, São Guilherme, parte da Rua 1º de Setembro e do Colégio Morro da Cruz para cima. Eu acho que todos nós, presidente Culau e colegas vereadores, cada um tem que fazer um pouquinho. Diante disso, eu protocolei um projeto que institui o Programa Caixa D'Água, já temos o parecer aqui da Procuradoria: "...e suposto não vislumbro manifesta inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição que impeça, nessa fase inicial, a sua tramitação, o que atraia a incidência". Então protocolei os que institui o Programa Caixa D'Água Social no município de Porto

Alegre, destinado a atender famílias de baixa renda interessadas em possuir caixas d'água ou cisternas em suas unidades residenciais familiares. As caixas d'água previstas no projeto terão capacidade de armazenamento de 500 litros, para participação no programa os candidatos devem ter cadastro atualizado junto ao Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, inscrição no Cadastro Único para programas sociais, CadÚnico, e possuírem estrutura prévia para suportar o peso da caixa d'água – isso é o que diz o projeto. E aí, claro, nós vamos apreciar aqui na Casa e, se os colegas entenderem, ele avança. Eu queria fazer uma pergunta ao DMAE: até onde eu sei, para que um dia não venha faltar água no Morro da Cruz e outros bairros, Lomba do Pinheiro também, isso depende da ampliação que está sendo feita da ETA da Serraria, que para não faltar um dia água lá no Morro da Cruz e Lomba do Pinheiro também, essa água vai vir lá da ETA, que não está pronta ainda essa ampliação. É essa pergunta que eu gostaria de fazer. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ver. José Freitas. Quero registrar a presença do Ver. Oliboni, que compõe outra comissão da Casa, mas se soma aos nossos debates hoje, pela manhã, aqui na CUTHAB. Passo, de imediato, a palavra ao diretor.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Meu nome é Marco Faccin, eu sou engenheiro civil, sou funcionário do DMAE há 28 anos, eu sou um dos mais antigos lá na casa atualmente, e atuei, nos últimos anos, como gerente da área de projetos e obras, e atualmente eu respondo pela Diretoria de Desenvolvimento. No âmbito da minha Diretoria, passam as questões de planejamento de projetos e de obras.

De repente, eu primeiro vou responder ao questionamento do Ver. José Freitas, que, na verdade, tem a ver com todo o abastecimento de Porto Alegre, a gente pode começar falando da Ponta do Arado. Porto Alegre tem uma série de estações de abastecimento, a gente pega a água toda do Guaíba e temos estações que fazem o tratamento em alguns pontos da cidade e conduzem a

outras regiões para fazer a distribuição. Então, a água hoje que a gente trata em Belém Novo abastece até lá a Parada 4 da Lomba do Pinheiro, é o nosso sistema que é mais longo a distância de distribuição. Foi identificado, em função de todo crescimento do Extremo-Sul, da Zona Sul, da Restinga, da Lomba, a necessidade de ampliar a capacidade de tratamento. A gente tinha uma estação feita nos anos 1950, foi ampliada nos anos 1980, foi ampliado novamente nos anos 1990, ela vai sendo ampliada ao longo do tempo, ela conseguia atender a uma vazão de 1.000 litros por segundo, que já não era o suficiente. Nós demos uma solução provisória, com alguns módulos que ampliam a capacidade de tratamento, então a gente consegue tratar hoje quase 1.300 l/s nessa estação, e levamos até a parte da Lomba. Em função desse crescimento populacional, se viu a necessidade de fazer um novo sistema de abastecimento, que é o Sistema Ponta do Arado. Os projetos foram feitos em 2015, aí nós fomos atrás de recurso, de financiamento, porque são obras muito caras para serem executadas pelo próprio caixa do DMAE. Obteve-se, dentro do Programa Avançar Cidades, o financiamento, e nós iniciamos as obras em 2021, houve problemas financeiros da empresa executora, o contrato foi rescindido, nós estamos licitando novamente a construção dessa estação, está em fase de julgamento dos documentos de habilitação para a gente retomar a obra do Sistema Ponta do Arado, que é bem próximo da estação atual lá de Belém Novo. Essa estação nova vai tratar 2.000 l/s, quer dizer o dobro da vazão nominal da Estação de Belém Novo. E com essa estação a gente vai conseguir estender um pouquinho mais, levar a água até ali a Rua Dolores Duran. Hoje a gente abastece essa região da Dolores Duran, da Parada 4, da Parada 8, um pouco por Belém e um pouco pelo Menino Deus. O Menino Deus é a nossa maior estação, fica ali perto do CPOR. Então, hoje, nós temos partes da cidade que são abastecidas por dois sistemas. Em momentos de crise a gente tenta ampliar um lado, ampliar o outro. Aí com a com a execução do Sistema Ponta do Arado, a gente vai conseguir sempre abastecer essa região da Lomba, por Belém Novo, e aí libera um pouco de água mais no Sistema Menino Deus. Hoje, a gente acaba disputando, são populações todas que precisam da água, e a gente fica um pouco

abastecendo por um lado, um pouco abastecendo para o outro. É um sistema em que nós temos muitas estações de bombeamento, então estamos muito sujeitos a variações de alterações de falta de luz, é bem comum, principalmente lá no Belém Novo, quando venta caem galhos nos fios, desliga a energia. Então, a gente trabalha com um sistema sempre no limite, sempre com um risco de desabastecimento – essa é uma realidade. E mesmo com o novo Sistema Ponta do Arado, a gente vai ter uma maior capacidade de produção, a entrada de energia dessa estação vai ser com cabos mais altos, então minimiza o risco, mas sempre vai ter um risco de, em algum momento, faltar luz e a gente parar o abastecimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Diretor, eu só queria corrigir, eu confundi a ETE da Serraria com a ETA lá do Belém Novo, a Ponta do Arado.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Isso, exato, mas eu entendi que o senhor se referia a Belém Novo. Bom, então a gente tem a água que chega por Belém Novo, que vai até a Lomba, e nós temos a Estação de Tratamento do Menino Deus, que é a nossa maior estação de tratamento, ela trata hoje 2.500 l/s praticamente e ela capta água ali é no Marinha, temos uma estação de bombeamento de água bruta ali, bem no alinhamento da Av. José de Alencar, que leva para a estação de tratamento, a água é tratada, e dali ela vai até uma casa de bomba que fica na Rua São Manuel, ali com a Av. Ipiranga; bombeia até uma outra casa de bomba que fica na Rua Cristiano Fischer, bem na frente da entrada do estacionamento da PUC; dali bombeia para uma casa de bomba chamada São José II, que fica ali já na Vila São José, dali bombeia para uma casa de bomba chamada EBAT cota 157, que fica na Rua 9 de Junho, a gente tem também um reservatório. Dali uma parte sai do reservatório para abastecer dois outros reservatórios um pouco mais baixos – São José III e São José IV –, que são reservatórios que a gente chama de quebra-pressão, que é para diminuir um pouco a pressão; dali sai para o bombeamento que nós temos na Chácara dos Bombeiros. Temos ali uma outra casa de bomba na Menina Alvira, então

nós temos ali mais dois bombeamentos. E temos um bombeamento na cota 200, que é ali na onde tem dois reservatórios metálicos. Então, é um sistema muito complexo. Nós temos muitos bombeamentos e esse mesmo sistema, então, abastece a Cristiano Fischer, está abastecendo ali, está abastecendo a Vila do Sargentos, lá no Partenon, dali está abastecendo a Vila Brasília... Então, o sistema de distribuição de água do DMAE é bem complexo. E essa questão de que está em conserto, sempre tem conserto é porque é um sistema que tem – como eu falei – a questão de falha energética, nós temos questão de grupos de bombeamento, que estão sujeitos à manutenção constante. Por exemplo, na EBAT Cristiano Fischer nós fizemos uma manutenção no sábado, fizemos uma manutenção hoje de madrugada, tentando fazer manutenções de madrugada para minimizar o impacto. Na EBAT São José II foi feita manutenção no finalzinho de fevereiro, quando a equipe do DMAE conseguiu aumentar 30 litros na vazão da casa de bomba, então depois dessa data, com certeza, foram minimizados os desabastecimentos de vocês. A gente tem uma angústia com as questões de desabastecimento, e, pegando o meu caso específico, eu tenho no celular um *link* para um sistema chamado supervisorio, que a gente tem um registrador ali na escola. E ali a gente sempre está medindo a pressão de água. Então a gente já sabe que quando a pressão na escola está acima de 40 metros de pressão, a gente está conseguindo abastecer o pessoal; quando está abaixo, está causando desabastecimento. Isso aqui foi antes da operação do DMAE. Sempre que a linha está lá em cima está abastecendo e em alguns momentos está parando. Vejam que diminuiu, ficou bem mais constante depois dessa operação. Hoje está bem alto.

SRA. ANGELA COMUNAL: (Pergunta inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Aí teria que avaliar nos endereços. Mas, assim, então, vamos lá... O que a gente trabalhou lá? No ano passado, a gente implantou redes, substituiu redes, a gente buscou uma solução com reservatórios. Teve a questão dos reservatórios individuais, que até foi uma

atuação mais junto com o DEMHAB, então eu realmente não tenho informação de quantos foram instalados, quais os critérios – essa parte eu não sei informar. Nós instalamos alguns reservatórios de maior porte com a ideia de operar a partir do bombeamento, encher os reservatórios e dali abastecer as casas.

SRA. ANGELA COMUNAL: Tu sabes que hoje não estão funcionando, né?!

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Sim, a gente retirou inclusive os reservatórios. Vamos lá, a gente fez uma estimativa de quais seriam os consumos necessários, quais as vazões, montamos esse sistema e não funcionou, porque o consumo foi muito maior do que o previsto. O que significa isso? Significa que pode haver vazamentos, por isso até que a gente trocou as redes de algumas ruas que já tinham rede, para minimizar o risco de vazamento; podem ser consumos não autorizados, porque nós continuamos tendo. A gente ampliou, a gente incluiu – sei lá – cerca de 300 novas ligações, a gente formalizou 300 pessoas que não tinham abastecimento por ramal oficial do DMAE, então a gente incluiu essas ligações nas redes novas, mas teve áreas que efetivamente não entraram nesse projeto. Tem ali aquela Rua da Antena, até o final, que não entrou no projeto. Então, essas áreas, com certeza, acabam também consumindo. A gente tem ali toda aquela ocupação da área da Condor, ali da São Guilherme, aquela área, com certeza – não sei se tem alguém aqui que seja dessa área –, ali eles estão pegando água do sistema; e aí é água morro abaixo. Então, a gente continua tendo áreas que não foram atendidas. Por quê? Olha, nos demandaram – e também não sei a origem –, recebemos ainda da direção anterior, do Alexandre, a demanda: “Olha, vamos tentar atuar nessas áreas aqui”. A gente, então, priorizou as áreas que estavam mais próximas do bombeamento com essa ideia de fazer o abastecimento pelos reservatórios, que, como eu falei, não funcionou, e a gente retirou os reservatórios. A gente até está colocando em outros lugares para abastecer por pipas. Acho que estão sendo colocados justamente na Rua das Antenas, acho que foram colocados reservatórios comunitários ali.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Ainda não, mas estava sendo colocado. Então, a gente tem a certeza de que vão ter áreas que vão continuar tendo problemas. Nós temos áreas que a gente não pode colocar, porque são aquelas áreas de risco da CPRM, tem um mapeamento de risco que a CPRM fez. Então, algumas áreas a gente não vai poder, infelizmente, colocar rede, nem todas as áreas vão poder ser abastecidas. Alguns moradores dessa Rua das Antenas estiveram em uma reunião onde eu estive, uma reunião com o prefeito, acho que o senhor estava, a gente se comprometeu a estudar para também estender a rede lá. Mas a gente viu que, como estava faltando ainda em algumas áreas, não adiantava a gente estender mais um pouco para dividir a falta. Então, a gente está trabalhando aos poucos. O que a gente pretende fazer agora? Por exemplo, a gente pretende trocar a bomba lá da Cota 200, que é onde tem os reservatórios, e colocar um sistema com duas bombas, porque, se uma queima, a outra entra automaticamente, aumentando um pouco a vazão. A gente quer colocar lá na Rua Menina Alvira, que foi uma que deu problemas eletromecânicos umas 10 vezes, 15 vezes, ao longo deste verão. Foram muitas vezes que a estação parou. A gente pretende também colocar ali um bombeamento um pouco melhor. São ações que não chegam a ser paliativas; são ações que a gente consegue fazer em menor tempo.

A gente tem trabalhado e trabalhou, por exemplo, na casa de bombas da Cristiano Fischer. A gente fez um painel novo para tirar a parte de instalação elétrica, a gente fez um puxadinho literalmente para tirar os painéis elétricos de dentro da casa de bombas e desligar menos com o calor. No verão passado, ela desligou várias vezes por causa do calor; neste verão, ela não desligou por esse problema. Então, a gente está fazendo atuações, e a nossa área operacional tem sido muito proativa para tentar achar pequenas intervenções que consigam melhorar um pouco a situação. A gente tem uma intervenção que deve estar começando em seguida, que é uma tubulação... Uma pergunta que sempre

fazem: “Por que não falta água no Moinhos de Vento?”. Nós temos uma estação de tratamento que fica no bairro Moinhos de Vento, e a gente vai fazer uma obra para pegar água do Moinhos de Vento e jogar para a área da Perimetral. Então, a gente vai tirar essa área que hoje é abastecida pelo Menino Deus, vai tirar a água que está sobrando do Moinhos de Vento para abastecer e diminuir a área de abastecimento do Menino Deus. Então, para sobrar mais água para a região da São José, a gente vai fazer uma adutora. Hoje, a gente tem o presídio, que é um dos grandes consumidores de água do sistema São José; a gente está estudando para levar água lá a partir da Oscar Pereira. A gente está trabalhando com intervenções para tentar ampliar sistemas, limitar sistemas, para tentar equalizar e melhorar um pouco a condição progressivamente. Quando a gente tiver o sistema Ponta do Arado, a gente vai conseguir levar um pouquinho mais; quando a gente entrar dentro da Av. Bento Gonçalves com água pela Ponta do Arado, por Belém Novo, vamos diminuir mais um pouco a área do sistema Menino Deus. O DMAE está tentando atuar sempre, e isso não é de hoje.

Ao longo dos anos, o DMAE sempre teve essa dedicação do seu corpo técnico para achar soluções. Nem tudo a gente consegue fazer pelos mais diversos motivos, mas a gente está sempre atuando. Talvez a gente esteja falhando na comunicação; esse grupo de WhatsApp eu não conheço, não faço parte, é com a alta direção. Então, eu não sei o que estão tratando ali, mas a parte técnica sempre tem buscado soluções para tentar minimizar o problema. Esse tem sido o nosso foco de atuação, a nossa preocupação é essa: tentar, da melhor forma, atender a população.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, diretor. Nós tomamos a decisão de permitir que tu falasses por um tempo maior. A partir de agora, vamos ter que ser mais rígidos com essa questão do tempo, inclusive para que tu possas te manifestar mais uma vez no encerramento da nossa reunião. Queria registrar a presença da Jacy de Souza, que é presidenta da Associação Comunitária do Morro da Cruz, e agradeço a presença. Já temos inscritos o Ver. Cassiá, o Ver. Oliboni, e também abrimos as inscrições para a

comunidade, para os presentes; o Anderson está registrando as inscrições, e eu também me inscrevi para falar. Então, vou controlar também meu tempo para que eu não me exceda. Eu quero primeiro fazer um registro: nós temos aqui talvez 20 representações da comunidade nesta manhã na CUTHAB, e acho que precisamos refletir que essas são pessoas, Karen, que saíram das suas casas num dia em que, mais uma vez, há gente sem água no Morro da Cruz para vir para a Câmara de Vereadores. O motivo que faz com que essas pessoas tenham se deslocado para cá são as mesmas razões que fazem com que, ao longo dos últimos anos, tenham se intensificado as manifestações naquela região pelo direito de beber água. Sempre tenho tido aqui, vice-presidente Cassiá, uma postura institucional, e quero poder falar agora com um pouco mais de liberdade, estou usando meu tempo como vereador, porque lutar pelo direito à água talvez seja a luta mais legítima que possa haver. Eu preciso compartilhar e confessar aqui que eu não posso admitir que, quando as pessoas se manifestam pelo direito à água no Morro da Cruz, sejam criminalizadas, sejam apontadas como as inimigas, como as irresponsáveis. Eu fiz o registro no início aqui: esse não é um problema de hoje, por mais que, nos últimos anos, o problema tenha se agravado. Precisamos cumprir o nosso papel enquanto Câmara de Vereadores. O prefeito Sebastião Melo, ainda no início da sua gestão, ao ser questionado sobre o problema de falta de água no Morro da Cruz, ao reconhecer o problema, disse que era falta de planejamento. Pois bem, fiquei satisfeito com algumas das questões que tu trouxeste, Faccin, mas, se eu não estiver enganado, e é uma pergunta que faço a ti, o Plano Municipal de Saneamento de 2015 também já falava da necessidade de ampliar a capacidade de tratamento de água no sistema Menino Deus, que é o sistema que principalmente abastece o Morro da Cruz. Então, em alguma medida, havia planejamento, porque, desde 2015, nós vamos completar 10 anos no ano que vem, nós falávamos que para não faltar água no Morro da Cruz era necessário ampliar a capacidade de tratamento de água. Anotei aqui: ampliar a capacidade das adutoras de captação, das EBABs. Então, eu falo isso porque eu quero entender o que foi executado desse plano construído lá em 2015 e se esse plano, em alguma medida, foi atualizado ou

não. Acho que essas são as duas questões principais que eu gostaria de saber. O que foi executado do plano lá de 2015, se esse plano foi atualizado ou não. Se ele não foi atualizado, se tem previsão de atualização. Porque o que nós não podemos naturalizar é que as pessoas sigam sem água na torneira. São R\$ 127 milhões previstos lá no plano de 2015, R\$ 127 milhões para serem investidos no sistema do Menino Deus, se eu não estiver enganado. Circulou na imprensa matérias que falavam que o DMAE segurava em caixa R\$ 300 milhões. Eu não sou um especialista, não sou um técnico, mas para mim é uma contradição. Se tem um plano que diz que para resolver os problemas de abastecimento naquele que é o maior sistema de abastecimento da cidade precisava de 127 milhões, o DMAE segurar em caixa R\$ 300 milhões para mim é uma contradição. Queria entender essas questões, pedir um balanço sobre as ações paliativas que foram anunciadas no início do governo que envolvem essa questão das caixas d'água. O senhor falou algumas questões sobre isso, diz que outra diretoria acompanha. Se tiver outros elementos desse balanço, eu gostaria de entender quantas pessoas foram efetivamente atendidas, quantas caixas d'água foram distribuídas. Estou entendendo que se faz um balanço autocrítico, porque coisas que foram propostas se identificou que não foram capazes de solucionar o problema da forma que pretendia. Então, diante desse balanço autocrítico, que outras ações paliativas têm sido pensadas? Tu já citaste algumas, queria saber se existem outras. Então, nesse momento inicial, essas são as perguntas que eu tenho. Acho que, acima de tudo, vocês sabem bem, eu sou um vereador da oposição, mas acima de tudo, eu acho que aqui enquanto Comissão, nós precisamos ter uma posição comum que é de preocupação e compromisso com quem não tem água nas suas torneiras, nas suas casas, seja no Morro da Cruz, seja em outra região da cidade. Muito obrigado. Agora vou passar para o Ver. Cassiá.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Bom dia a todos, primeiro parabéns ao nosso Presidente, 30 aninhos. Ah, meus 30 anos, faz tempo isso. Primeiro, com todo respeito ao Ver. Freitas, nós não temos prerrogativa de impor

ao Executivo o que ele deve fazer, nós podemos dar opinião, nós podemos fazer um projeto indicativo, portanto o que foi colocado, a inconstitucionalidade se trata disso. Isso não quer dizer que ele não possa, e nós não possamos reivindicar, fazer autocrítica e assim por diante, até mandar ideias. Essa é uma parte. Eu fiquei muito preocupado, e cada vez que venho aqui... A CUTHAB tem uma peculiaridade muito boa para nós, vereadores, aprender ou tomar conhecimento, e é o que nós estamos fazendo pela sua capilaridade bem ampla. Eu fico preocupado. O Marcos está há 40 anos lá?

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Há vinte e oito.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Vinte e oito anos. Quantos governos já passaram? E ele repetiu aqui que estão fazendo sucessivamente puxadinhos. Isso me preocupa, tenho visto aqui muitas secretarias incompletas, sem coordenação com outras, sem um plano de ação, então isso me preocupa. O DMAE, Marco, – sou vereador desde 2020. O DMAE emprestava dinheiro para a Prefeitura, não sei se pagava, emprestava dinheiro para a Prefeitura para fazer outras coisas e não fazia a sua parte. E onde vocês andavam? Por que não cobravam, não apresentavam plano de trabalho? Nós estamos aqui agora, em 2024, cobrando como disse o Ver. Culau, o que não fizeram de 2015 para cá. Essa é uma preocupação, e nós vamos entendendo o processo, é puxadinho para cá, puxadinho para lá e a coisa não acontece. Nós vamos continuar com isso aí, pelo que eu vi. O técnico tem o dever dele, não só dizer: “Isso aqui não vai dar, isso aqui é um quebra-galho, isso aqui é um puxadinho”. Como tu disseste. E vocês sempre vêm aqui receber o rebote, mas aquele técnico que tem que fazer o levantamento, conseguir o dinheiro, botar no orçamento, esse não vem. Eu gostaria, dentro dessa linha, de perguntar: Vocês não tiveram dinheiro? Sempre na história o DMAE foi taxado como o primo rico, e é, nós pagamos, todos nós aqui pagamos na boca do caixa. Dificilmente alguém fica devendo, pois cortam; igual a luz, se não pagar, corta. A arrecadação é muito grande no DMAE. Eu sou um daqueles da situação que sou contra a privatização

do DMAE. Isso é histórico aqui na Câmara, mas também não posso entender isso. Por isso, agora vocês estão entendendo por que querem a privatização. Porque a coisa não funciona. Tem que vir o dinheiro do outro, o mesmo dinheiro que nós temos aqui, vem o dinheiro do outro fazer o que não fizeram aqui. Que lógica é essa? Tem privatizações e privatizações. Eu não sou contra privatizações, mas sou contra, por exemplo, o que fizeram na Corsan. Fui deputado duas vezes e fui contra. O Ver. Oliboni esteve lá conosco. Sou contra a privatização do Banrisul, enquanto ele estiver assim... Lá no interior, muitos de nós somos do interior, o Banrisul quebra um galho para o pequeno, micro, médio, todos os empresários, da agricultura, da pecuária, tudo. Sou contra portanto, a do Banrisul e sou contra a do DMAE, na Prefeitura, por essas coisas. Para vocês entenderem a privatização da Corsan, um grande funcionário do Estado que estava do lado querendo a privatização hoje é diretor do outro lado. Que lógica é essa? Então, Marco, me desculpe, te conheço, tu és um excelente funcionário, mas tem certas coisas que não estão encaixando. Como é que passam todo esse tempo lá, com a capacidade de vocês, com a autocrítica de vocês, que existe sempre, não disseram para a população: "olha, tem que fazer isso". Então, eu quero ouvir da tua voz, porque que não foi feito isso e o puxadinho do Menino Deus, para lá e para cá. Tu mesmo disseste com as tuas palavras, está gravado. Não vai adiantar, muitas vezes. Então, eu fico preocupado. O que vai adiantar? Por que não se faz? Tu, com a tua experiência, o que que tu viste, o que tu cobraste, o que tu fizeste, o que tu queres? Obrigado pela tua presença, desculpa se às vezes a gente é veemente, mas estamos aqui para isso e eu estou cobrando do todo. Como tu disseste, tu estás há 28 anos vendo essa história há muito tempo. Obrigado pela tua presença, eu sei que és competente, mas às vezes... Tu vais dizer isso, eu sei, está fora do teu alcance, dinheiro não é contigo. E é verdade.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ver. Cassiá. O Ver. Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nobre presidente da comissão, Ver. Giovani; demais colegas vereadores, Pablo, Cassiá, Karen, Ver. José Freitas, que está se retirando; a Angela, que está aqui, como também a comunidade do Morro da Cruz, sejam bem-vindos.

Esse tema, Marco, ele de fato é bastante instigante, porque, na medida em que nós percebemos que parte da capital está sendo abastecida com caminhão-pipa, é de doer na alma. Falta de planejamento, o próprio Cassiá fala, o presidente fala, falta de uma humanização, eu diria, porque a Câmara deu retorno quando, por exemplo, o governo manda um projeto de lei para cá para ampliar o número de servidores, embora não concursados, mas técnicos contratados, sinalizamos, foi aprovado, foram contratados, mas continua a mesma situação. Eu me refiro a dezembro de 2021, Angela, quando, no Natal e no Ano-Novo, esta comunidade estava sem água. Em fevereiro de 2022, Marco, nós, de tanto insistir com o Melo, várias ligações, ele concordou em ir ao Morro da Cruz, inclusive convidou a Câmara, e nós estivemos lá, com a comunidade, com vários vereadores, e naquela ocasião o Melo assumiu o compromisso de resolver o problema. Forneceu caixas d'água, que muitas delas permaneceram vazias e depois retiradas; forneceu dois grandes reservatórios, que funcionaram um ano e depois desativados, acho que agora foram retirados; e forneceu nova rede, dizendo que iam ter novas redes, mas, em tese, pouco aconteceu. Quer dizer, uma situação com tamanha dificuldade para que o cidadão tenha água, nós estamos em 2024, e ainda, de manhã ou de tarde ou à noite, todos os dias falta água. Que planejamento é esse? Até quando essa comunidade vai ouvir que o problema está na rede, está na subestação, está lá no Menino Deus, ou na futura subestação Ponta do Arado, ou por que, não, um reforço significativo na Cristiano Fischer, que é a mais próxima eu diria, para resolver o problema? Nós precisamos ouvir do governo, não é porque hoje é o atual governo, amanhã pode ser um outro, mas nós precisamos ver que esses recursos, ora aplicados com R\$ 300 milhões no DMAE, não ficam aplicados, que volte para a população, porque a população está pagando em dia, como foi dito aqui. Nós precisamos desse planejamento. Parece que está claro aqui uma solução imediata. Até

porque é nossa atribuição, Marco e Cássia, nós somos vereadores, nós temos que cobrar o retorno do serviço público, seja na água, seja na no fornecimento de energia, seja na educação infantil, seja no posto de saúde, seja em serviço de estrutura. A comunidade precisa perceber que o poder público está do lado das pessoas, e, nesse caso, me parece que está muito distante.

Eu fico muito preocupado quando tu dizes: “Ah, vamos...” Não, o que nós podemos dizer hoje para a população? Esses caminhões-pipa vão continuar? Mas por que vão continuar? Não tem um planejamento para poder resolver imediatamente isso? Até quando a comunidade vai poder fazer manifestação pública, fazer uma ação, como a própria Ângela fez, ter que se colocar debaixo de um carro para poder dizer: “Oh, vocês não vão embora daqui sem antes solucionar.” Por que precisa fazer isso? Porque o poder público está muito distante das soluções que nós buscamos. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A Sra. Bárbara Silva Santos, da Associação das Mulheres Maria da Glória, está com a palavra.

SRA. BÁRBARA SILVA SANTOS: Bom dia a todos e todas. A gente representa a Associação Maria da Glória. Estamos gratos de estar aqui hoje e de vocês apoiarem nossa causa, porque só a gente que mora no Morro da Cruz sabe o sofrimento que estamos passando lá, de dormir, acordar e não ter água, de ter que mandar as criança para o colégio sem banho, de ter que chegar do serviço e não ter uma água para tomar banho, para fazer uma janta para as criança. Está cada dia mais difícil, cada dia mais difícil, tipo, a gente cobra e eles falam que é porque não tem luz, daí não tem como arrumar o bombeamento lá da caixa d'água. A gente não sabe mais o que fazer. Está cada vez mais difícil conviver lá, cada vez mais difícil não ter de quem cobrar, na verdade. A gente faz reunião, faz reunião, e nada muda. A gente achou até, tipo assim, um deboche da parte do DMAE o dia que teve a reunião lá e a gente cobrou e ele riu da nossa cara, o representante que estava lá, e disse que não tinha o que fazer. Daí a gente vai cobrar de quem? Queria perguntar para ele de quem a gente vai cobrar. Se a

gente faz a reunião é porque a gente precisa, se reúnem os moradores porque a gente precisa de uma resposta; e a resposta não está vindo. A gente não sabe mais, não tem mais recursos, não tem mais nada, não tem o que fazer, e a gente queria uma resposta.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Bárbara. A Sra. Lurdes Toledo está com a palavra.

SRA. LURDES TOLEDO: Bom dia. Eu represento a Associação Maria da Glória. Na última reunião que nós tivemos lá na escola, nós questionamos o representante do DMAE, ele falou para nós que nós tínhamos que entender. Nós não temos que entender, nós temos que ter solução. E nós tivemos deboche lá na última reunião, e ele disse que nós temos que entender porque é o que eles estão fazendo. Não, nós não queremos entender; nós queremos é solução. Nós pagamos nossos impostos, nós fizemos as coisas direito. As crianças estão indo para o colégio sem água, muitas vezes não temos nem como cozinha, e eles dizem: “caminhão-pipa”. O caminhão-pipa não adianta para nós. Nós colocamos lá a caixa d’água em cima, e como que nós vamos encher? De que adianta uma caixa d’água sem água, cinco, seis dias? Para nós não adiantam os canos vazios. Nós queremos é solução lá no Morro da Cruz. Muito obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia. Obrigada, Faccin, por estar aqui, sempre um parceiro. E eu queria colocar isso para que a gente consiga compreender a diferença que existe dos cargos técnicos dos nossos servidores de carreira, e é incrível, Faccin, eu vi na tua fala o conhecimento acumulado que não se dá através da terceirização. A gente enfrentou, e foram mais de 200 protestos na cidade de Porto Alegre quando faltou energia elétrica, agora em janeiro, e eu conversei com três firmas terceirizadas distintas que prestavam

serviço para alguns pontos da cidade que estavam tendo protesto, e boa parte dos técnicos desconheciam a realidade da comunidade. Se não fossem os moradores pegar os técnicos pela mão para mostrar o acesso, a vila, o beco, boa parte dos problemas não teriam sido resolvidos, e, mesmo assim, demorou sete dias até voltar ao abastecimento de energia elétrica a partir da opção pela privatização da CEEE Equatorial. Então tem uma diferença do trabalho técnico, que é desenvolvido pelos técnicos do DMAE, pelos engenheiros, desses que vão para a comunidade debochar, que são os cargos políticos, que são os cargos comissionados indicados pelos mais diversos partidos que compõem a base do governo Melo e que tiram esse tipo de onda com a cara dos trabalhadores. Eu escalei uma situação com ex-diretor Alexandre Garcia, indicado pelo governo Melo, até a justiça, por causa de um rompimento de uma caixa de contenção de água da chuva que destruiu uma moradia na Zona Norte. Na época a Ver.^a Daiana Santos estava comigo acompanhando essa situação, e ele simplesmente queria se desresponsabilizar por aquela obra, que deveria ter sido feito o aviso, e simplesmente, por uma opção da direção, não foi feito e acabou acontecendo uma tragédia, por sorte ninguém perdeu a vida, porque a casa ficou completamente destruída. São algumas questões que envolvem a gestão, e eu me lembro, a gente já fez uma discussão há duas semanas aqui, que também tinha uma representação do DMAE, e a discussão foi feita em torno da ingerência dos governos municipais na direção. Um projeto extremamente importante, eu entendo, Cassiá, que é vício de origem, não cabe muitas vezes ao Legislativo fazer alguns levantamentos de proposta, mas é importante a gente pensar um DMAE autônomo, em que os técnicos, quem trabalha, quem conhece o problema possa mexer no caixa e possa tomar as decisões e as opções que hoje estão submetidas a uma direção política. Então, a máquina pública, as empresas públicas ficam refém muitas vezes do partido de plantão que assumiu a Prefeitura ou o governo do Estado. Dar autonomia para os trabalhadores é fundamental para a gente pensar empresas públicas que estejam autônomas dos interesses privados e dos interesses privatistas. Porque o que aconteceu com a Carris, a segunda melhor empresa de transporte do Brasil, ter sido

desmontada do jeito que foi e vendida a preço de banana para a empresa de Viamão, é o que eu percebo que vem acontecendo com a gestão do DMAE, principalmente a partir da gestão do Nelson Marchezan, tucano do PSDB. Eu acho importante colocar essa discussão, porque é muito fácil a gente olhar o trabalhador que está na ponta e colocar a culpa da precarização e do sucateamento do serviço em quem está na ponta. Tu colocas a culpa no professor que faz greve, no assistente social que não tem a cesta básica, no trabalhador do DMAE, no eletricitista que está em cima do poste, mas, de fundo, qual o fundamento dessa precarização? Isso eu acho importante a gente discutir, porque este ano é ano de eleição, e ninguém quer ficar sem água, ninguém quer ficar sem luz, ninguém quer permanecer nas áreas de risco, que estão colocadas e que não têm o que fazer em relação ao Morro da Cruz. Tem uma parcela da população que tem que ser realocada, mas eu não vejo, e eu concluo dessa forma, possibilidade, perspectiva. Eu estou há cinco anos nessa comissão, eu não vejo perspectivas de mudanças estruturais, Culau, nessa forma de gestão como está colocada. Não tem interesse, não tem vontade política; recursos têm. Eu acredito que é importante a gente mudar o programa de cidade, e para isso este ano é fundamental, porque é ano de eleição, e aí fica o convite para gente ser a memória da população, porque essa discussão rasa e comum: “Ah, eu preciso do serviço, não importa se é público ou privado.” Isso tem um sentido liberal, e aí no final tu privatizas, como aconteceu com a CEEE Equatorial ou como os ônibus da cidade, que já são empresas privadas que prestam serviço há 30 anos na cidade, e a gente não vê uma melhora no serviço, e pior, tu não tens o controle público, tu não tens fiscalização, tu não tens acesso às contas, tu não tens um técnico que vai vir aqui e colocar todos os problemas de A, B, as dificuldades que estão colocadas e os limites hoje da atual gestão. Então, agradeço, Faccin, por tu estares aqui, e que a gente consiga ter perspectivas para debater com a população. Eu não acho que a gente vai conseguir, no próximo verão, resolver essa situação, acho que em última instância a gente tem que ser sempre sincero e honesto, mas quais são os projetos que a gente tem que tencionar? Porque no final do ano, aqui na Câmara de Vereadores, a gente

discute o orçamento anual, os R\$ 11 bilhões que estão previstos para serem investidos na cidade e no pagamento dos servidores públicos. Por que a gente não coloca essas grandes obras como possibilidade de? Nós temos um governo federal, nós fizemos toda uma campanha para eleger o governo lula, o que está previsto de investimentos também para área de saneamento, de drenagem, de fornecimento, de abastecimento de água? Eu acho que são essas as pontes e os caminhos de luta que a gente tem que traçar aqui nessa reunião e depois fazer a nossa militância, fazer as nossas agendas políticas e perseguir esses objetivos, porque aqui do governo Melo não espero nada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Ver.^a Karen. A Sra. Any Moraes está com a palavra.

SRA. ANY MORAES: Bom dia a todas e todos. Eu sou moradora do Morro da Cruz, temos o projeto da horta comunitária. Parabenizo vocês por essa iniciativa importante também com muitas mulheres aqui de luta, que sofreram com toda essa falta e com todo o desabastecimento de água. Estão completando dois anos daquele episódio dos 60 dias, que mulheres ficaram sem água e que gerou essa visita do prefeito Melo, como bem lembrado pelo Ver. Oliboni. E a gente segue, infelizmente, com esse problema, ele não foi resolvido, justamente pela falta de prioridade que a gente vê do governo Melo com relação a essa situação, que coloca as famílias em insegurança hídrica. O diretor do DMAE esteve lá no Morro da Cruz recentemente, naquele episódio onde inclusive a Angela sofreu uma violência por se posicionar e cobrar respostas, e o diretor do DMAE, quando questionado sobre o projeto que deveria ser feito – porque em fevereiro de 2022 o Melo deu uma entrevista e disse que o problema levaria de três a quatro anos para ser resolvido –, disse que não existe projeto. Ele nos respondeu isto, a gente tem o registro: “Não existe, não há projeto, e nós vamos fazer isso agora.” E eu disse: Então significa que nós vamos ter que aguardar mais quatro ou seis anos para resolver esse problema? E ele disse: “É isso mesmo.” E nós temos registro. Então isso demonstra o descaso, a falta de prioridade desse governo,

inclusive ele questionou os moradores de terem piscinas. A gente quer saber se no bairro Moinhos de Vento as pessoas também são cobradas por terem piscinas. Esse foi o nível do debate feito naquele dia.

Com relação às caixas d'água distribuídas lá, eu acho que cabe lembrar que a Prefeitura não desembolsou R\$ 1,00 para essas caixas, as caixas distribuídas foram doadas pelo Senge, por outras iniciativas. Vocês podem resgatar isso inclusive, porque a Prefeitura recebeu essas doações, distribuiu apenas 240, posso estar enganada, mas é aproximadamente esse número, que é ilusório perto de toda a população e toda a situação de falta d'água no Morro da Cruz. Além disso, a gente sabe que aqueles reservatórios que foram instalados foram removidos de lá, porque o diretor do DMAE também afirmou: "Não houve planejamento." Colocaram aquelas caixas ali achando que era uma solução. Dinheiro público também indo fora, porque instalaram dois reservatórios que não deram conta de abastecer e agora tiveram que remover, e essas famílias voltam a ter falta de água. A gente tem os relatos de 5 dias, mas têm famílias que moram mais acima, que é mais tempo que isso, 15, 20, e vivem nessa situação de depender da água do caminhão-pipa, que muitas vezes vem suja, pelos relatos que as crianças adoecem, que os idosos adoecem. Essas famílias têm que, enfim, garantir a busca, inclusive, porque vocês sabem que no morro a gente vive em becos, em vielas; as mulheres mais idosas têm muita dificuldade de acessar o caminhão pipa, inclusive; então, eu queria só reforçar, como a Karen disse aqui, a culpa não é do DMAE. A gente sabe que esse é um projeto de sucateamento dessa Prefeitura, que inclusive culpa, diz que é um problema histórico, mas esquece que há 20 anos essa gestão está na Prefeitura, então a culpa é, sim, da prefeitura e do Melo, que vêm sucateando pela privatização. E a gente aqui se coloca também em posição contra a privatização do DMAE, em defesa da água de qualidade. A água é pública, deve ser um bem que não é mercadoria; então, a gente defende que não tenha esse sucateamento. Para encerrar, queria só fazer uma pergunta: será que se o problema da falta de água fosse no Moinhos de Vento, os R\$ 400 milhões do DMAE em caixa, que estão lá investidos, ainda estariam lá ou o problema já teria sido resolvido? Então,

agradeço aqui o espaço, parabenizo mais uma vez por essa iniciativa importante para gente lutar pela água, que afeta principalmente as mulheres lá no Morro da Cruz.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Any. Passo a palavra para o Sr. Sr. Laone Simonetti de oliveira, do Centro Comunitário Coinma; na sequência, o Sr. Nelson, morador do Partenon.

SR. LAONE SIMONETTI DE OLIVEIRA: Bom dia a todos e toda, parabéns pelo tema. Nós, lá da Zona Norte, bairro Itu Sabará, centro comunitário Itu-Coinma, não estamos com esse tipo de problema, mas somos solidários com o pessoal todo, porque entendemos que todos somos irmãos e precisamos soluções. Então, a vereadora ali falou tudo que eu queria falar, quase tudo, quase, por quê? Porque eu penso assim: DMAE já começa com D, por quê? O DMAE é um departamento, e departamento, a gente sabe, é de um todo; o DMAE tem uma importância tão grande, tão grande, que ele tinha que começar com E – EPTC, empresa pública de saneamento básico, por quê? Aí vem aquela parte técnica – eu, como sou contador formado, acho que a gestão, como o Ver. Cassiá falou, onde é que está indo esse dinheiro, emprestou o dinheiro para outras coisas e tal. Nós temos que ter uma organização, temos que ocupar a parte técnica, a gestão. Nós temos que ter um balanço, nós temos que ter um controle de contas, para onde está indo o dinheiro, o que está sendo feito, especificamente para o DMAE. O DMAE tem que deixar de ser um departamento; não necessariamente privatizá-lo, sim constituir algo à altura do que é o DMAE, porque a água, pessoal, é saúde, a água é segurança. Imagine se a gente entrega a água para o estrangeiro; olha o que está acontecendo lá, é o Putin, não sei quem mais e tal; aí uma empresa multinacional pega nossa água, aí daqui a pouco vai dizer assim: “Não, vamos mandar nos cara, nós mandamos na água.” Entenderam? Então, isso é segurança nacional, no meu ponto de vista. Eu não podia sair daqui sem colocar isso, esses dois focos – água é saúde e segurança alimentar. E o DMAE tem uma grandeza tão grande que ele não pode ser um departamento

peçoal. Eu acho que a gente tem que começar por aí, não vou aqui falar de culpas passadas, porque isso é uma coisa que já vem vindo lá de trás; então, tipo assim, é que nem lá em casa, de repente: eu preciso de um dinheiro para arrumar o carro, ah, mas está ali no caixa, então vou pegar aquele dinheiro, eu preciso andar de carro, mas eu tenho que deixar o dinheiro para pagar água; então a importância da água para casa, será que eu preciso andar de carro ou preciso tomar banho, fazer comida e outras coisas. Então, a vereadora colocou ali muito bem colocado; o Ver. Cassiá também colocou, desculpe ser tão direto, mas eu acho que aqui nós já se conhecemos há um tempão, a gente está na luta há um tempão, o senhor também, representante do Melo, parceria. A gente sabe que não é fácil estar na ponta. Eu hoje ocupo o cargo de um presidente numa associação. A gente sabe que as necessidades, as vontades das pessoas são muitas. Para quem tem que gerenciar e tocar isso, não é fácil pessoal, não é fácil a gente só cobrar, a gente tem que ajudar. Então, eu quero complementar a minha fala aqui dizendo que nós temos auditoria, nós temos contadores, nós temos administradores, assim como temos engenheiros, onde é que está o pessoal que administra a parte financeira do DMAE? Por que esse pessoal não está aqui? Quem é que administra o DMAE, a parte financeira? Essa é a grande questão: se tem dinheiro, tem solução. Era isso que eu queria dizer. Vamos transformar o DMAE numa empresa pública de saneamento básico, vamos gerenciá-la como tem que ser. Quando o vereador fala assim: “Onde está o dinheiro?” Nós estamos aqui, estamos aqui com o balanço, estamos aqui com tudo certinho, o dinheiro está no banco, o dinheiro foi aplicado ou o dinheiro foi emprestado, para não ficar esse vácuo. Isso é histórico. Nós temos que mudar isso. Um abraço forte para vocês, sempre lembrando daquela velha máxima: Amar a Deus sob todas as coisas e amar ao próximo como a ti mesmo. Pensa se tu ficar sem água, se a tua família ficar sem água, aí tu vai começar a mudar teu pensamento; pensa se o estrangeiro tomar a tua água e fazer tu ajoelhar aos pés dele. Nós agora temos a força, nós precisamos soltar a bomba atômica, a gente fecha as torneiras. É isso aí, pessoal, um abraço forte.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Um grande abraço, Laone. Então, a gente tem as últimas duas inscrições – o Ver. Pablo Melo também se inscreveu; agora fala o Sr. Nelson Cunico, morador do Partenon, depois a Mylena Soares da Rosa.

SR. NELSON CUNICO: Bom dia a todos e a todas aqui, componentes da Mesa, comunidade, o DMAE trouxe uma novidade aqui: primeira vez eu ouço aqui que está sobrando água no Menino Deus. Quando o diretor do DMAE e o prefeito, na crise de 2021, quando o Melo foi lá, a gente insistiu, a comunidade insistiu, muitas pessoas falaram lá, será que em algum lugar da cidade não está sobrando água? Não dá, por exemplo, em alguns momentos, para fazer igual a outras cidades fizeram, diminuir o desperdício com algumas coisas que acontecem na cidade, por exemplo, em algum momento como esse as piscinas dos bairros nobres da cidade... Para poder subir água lá no Morro da Cruz. Naquela ocasião ninguém disse isso, que estava sobrando água no Menino Deus, e agora a gente recebe, dois anos depois, uma informação de que no Menino Deus sobra água e no Morro da Cruz falta água há mais de três anos. Olha só; então aquela solução que vocês estão pensando agora, poderia ter iniciado lá, se tivesse falado a verdade, se tivessem falado que tem água na cidade em alguns lugares, que pode ser destinado para aquele local. Em dois anos pode-se fazer uma rede, pode-se buscar uma solução, e uma solução, Cassiá, com melhor qualidade, não é um puxadinho, poderia ser uma solução de médio prazo – né, Karen, né Oliboni –, poderia ter sido se naquela ocasião o prefeito Melo tivesse dito que iriam fazer uma rede da sobra de água lá do Menino Deus para subir lá no Morro da Cruz e para subir aonde está faltando, como na Chácara dos Bombeiros e em outros locais, agora nós poderíamos ter a solução e nem precisaríamos estar vindo aqui talvez, nem precisaríamos ter vindo aqui de novo. Faz dois anos e meio que isso aconteceu, dois anos e meio, em dois anos e meio daria para fazer. Então é muito grave o que está sendo dito aqui, e o técnico, felizmente, os técnicos, Karen, felizmente os técnicos sabem e dizem. Aliás, o diretor do DMAE naquela época, o Alexandre, que já saiu graças

a Deus, disse o seguinte, ele afirmou, por diversas vezes, que não tinha solução nenhuma, nem paliativa, ele foi lá dizendo isso. Nós insistimos com ele e depois ele admitiu que se nós não tivéssemos insistido, eles não fariam nenhuma solução paliativa, nenhuma, porque eles tinham dado como certo que não tinha solução, e ele admitiu em reunião lá no colégio Morro da Cruz, na presença de todos, não é, Jacy, ele admitiu: “Que bom que vocês insistiram, porque tem soluções sim”. Ele afirmou, chegou lá afirmando que não tinha, não ia ter água, ia ter só caminhão-pipa, com água barrenta que deram inclusive para o prefeito beber no dia, e ele nem bebeu sequer, ele só cheirou e não bebeu, porque, obviamente, não dava para beber aquela água que as mulheres trouxeram para ele beber lá no dia, que era a água que as pessoas bebiam nas suas casas, que tinha sido abastecido no dia, tinha sido abastecido no próprio dia. Aliás o caminhão-pipa estava lá, e caminhão-pipa do século passado usado na cidade. Eu me lembro, eu sou morador há 45 anos na cidade, eu me lembro que em 2004 ou 2005 pouquíssimos lugares na cidade ainda faltava água. Eu me lembro o ponta da ilha lá, que não dá para entrar a rede, que é uma Área de Preservação Permanente, faltava um pouco de água; no Morro da Cruz não faltava água. A questão que aumentou o número de população; sim, mas se aumentou o número de população obviamente estendeu a população, e o DMAE tem que acompanhar, até porque o DMAE autoriza, em muitos casos, autoriza o abastecimento de água.

Os condomínios que foram construídos são autorizados pelo DMAE, inclusive assinado pelo DMAE, para buscar abastecimento, se não exatamente na ocupação em outros lugares, e as ocupações também são admitidas pela Prefeitura; as ocupações são admitidas pela Prefeitura. Essa ocupação aconteceu sem nenhuma orientação da Prefeitura, mas a Prefeitura tem conhecimento dessa ocupação, ela acompanhou toda a ocupação ali, inclusive na São Guilherme, o Melo esteve na São Guilherme aliás, o Melo esteve na São Guilherme, agora não adianta dizer que não sabia, o Melo esteve na São Guilherme, sabia da ocupação lá.

Então, portanto, não se justifica, não se justifica. Nós não podemos sair daqui com justificativa. Nós temos que sair daqui com um planejamento de curto, médio e longo prazo. Naquela ocasião, eu não vou recordar aqui de tudo, mas eu me lembro que tinha isso que o Oliboni disse, que tem soluções de imediato que nós vamos tomar, e tem soluções de médio prazo que nós vamos tomar. Das soluções de imediato que foram tomadas, qual foi o resultado? Falta da água; é falta de água de manhã, vem um pouco, falta de água de tarde, aí falta dois dias, falta um dia, falta num lugar, depois acontece a água no outro, aí vêm os caminhões-pipa de forma apressada lá para resolver. A empresa que foi, a equipe que foi lá trabalhar fez um serviço muito ruim na comunidade, foi uma contratação muito, olha, de rico para pobre, aquela coisa baixaria. Eles levaram as pessoas do presídio para trabalhar lá, para fazer alguns serviços lá, e foi um serviço muito mal feito, muito mal planejado, muito mal organizado. O DMAE não coordenava, não estava junto, tinha outra pessoa da Defesa Civil que fazia esse serviço lá. Portanto, o DMAE não acompanhou, o DMAE, que o problema era a falta da água, a gente chamava o DMAE lá: “Pô, vocês têm que acompanhar de perto a execução das redes”. Eles não foram lá; era um cara da Defesa Civil que acompanhou, que não é da área, Marco, não é da área, então não aconteceu. Naquela ocasião inclusive o prefeito, Cássia, naquela ocasião, em 2021, que ele foi lá, tu que é da base do governo, ele disse o seguinte: “Nós vamos contratar pessoas da comunidade aqui, para poder instalar as caixas d’água...” Tem pedreiro, tem carpinteiro, tem uma série de pessoas lá trabalhando. Não foi feita a contratação, muitas caixas ficaram no chão, muitas caixas ficaram no chão. Então, assim, é uma desorganização, é uma falta de respeito para com a comunidade, é uma coisa que é inadmissível, inadmissível, não ter água para beber em pleno 2024, não ter água, continuar não tendo água, e o DMAE dizer que não vai ter água é pior ainda, Culau, é pior ainda, é muito triste.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Nelson. Então a última inscrita, a Mylena Soares.

SRA. MYLENA SOARES DA ROSA: Bom dia, cumprimento a todos nesta manhã, o meu nome é Mylena Soares, como o Giovani já anunciou, eu faço parte do mandato popular da deputada Bruna Rodrigues. Eu confesso para vocês que eu cheguei aqui falando que hoje eu não iria falar, que hoje eu iria só ouvir, mas a gente começa a ouvir tantos absurdos que é impossível ficar ali sentada quieta só ouvindo, se torna algo impossível assim.

O que eu queria trazer aqui, como o companheiro falou, é que em pleno século XXI, ano de 2024, é um absurdo a gente ter uma comunidade que passa tantos dias sem água. Eu queria convidar o prefeito de Porto Alegre para ir lá passar uma semana no Morro da Cruz para ver como é bom passar uma semana sem água, e quando a água chega, chega da maneira como foi relatado aqui pela comunidade.

O sucateamento do DMAE é proposital; a gente sabe que esse tipo de política é algo proposital. O que acontece? Eles sucateiam o serviço público para que a população comece a achar que está ruim, para, num determinado momento, eles dizerem que tem razão de privatizar, mas a gente sabe que a privatização do DMAE não é a solução, a privatização de nenhum órgão é a solução. Os órgãos que a gente teve privatizado ultimamente, a gente já pode perceber que não dá certo privatizar. Mas eu acho que hoje o maior absurdo que eu ouvi aqui é o DMAE dizer para a comunidade simplesmente que não tem o que fazer, que não tem solução, e a gente pode ver que a Prefeitura tem as suas prioridades, porque eu garanto que se fosse no Menino Deus, no Bom Fim, no Bela Vista, teria solução, teria um plano para que essas pessoas não ficassem sem água. Eu garanto que se hoje a Melnick comprasse todo o terreno do Morro da Cruz e fizesse um grande condomínio, que agora a Melnick virou dona da cidade, infelizmente, fizesse um grande condomínio, a água chegaria lá, a água chegaria lá. O prefeito, rapidinho, porque a Melnick diz: "Ó, Melo..." O Melo faz na hora, e a água chegaria lá no Morro da Cruz.

Então o que hoje eu quero dar como encaminhamento é o que a Prefeitura vai dar de solução para o Morro da Cruz? O que a Prefeitura de Porto Alegre vai dizer para os moradores do Morro da Cruz? Qual é o prazo? Como isso vai ser

resolvido? Porque tem que haver uma solução. O que não pode acontecer é criança ir para a escola sem tomar banho, que é um direito básico, sem ter água para fazer comida. Então, os direitos básicos, como a Prefeitura vai solucionar o caso do Morro da Cruz? Que é o direito básico de ter água para beber, e uma água potável, porque não dá para o caminhão-pipa chegar com uma água que nem potável é.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Mylena. Foi a última inscrita. Passo para o Ver. Pablo Melo. Depois, vamos organizar os encaminhamentos da nossa reunião. Também ouvir, para esse encerramento e construção dos encaminhamentos, a Angela e o diretor Faccin.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Bom dia a todos. Quero saudar em especial o Ver. Giovanni Culau pela passagem do seu aniversário. Saúde e paz, vereador! Quero cumprimentar principalmente os moradores do Morro da Cruz e de outras comunidades que ladeiam ali a região, aqueles que se solidarizaram com o problema que, de fato, é verdadeiro. E, como disse o Ver. Culau, que é um vereador de oposição, eu sou um vereador de situação, enfim, e nós reconhecemos que é um problema histórico e que ainda continua afetando não só... – nós temos que ser verdadeiros –, não afeta só o Morro da Cruz, afeta também, Ver. Oliboni, outras regiões da cidade.

Primeiro, eu quero falar... Eu sei que aqui as pessoas querem escutar soluções, mas também repor fatos é importante, porque parece, quando se coloca ou se quer ideologizar a situação, parece que absolutamente nada foi feito. Acredito, sim, o prefeito da vez, como eu sempre digo aqui na reunião, quando alguns só vêm para criticar e não reconhecer o trabalho que está sendo feito, que não só passou, o prefeito Melo está há três anos, mas outros espectros políticos, Angela, também governaram esta cidade e, aliás, se tivessem governado tão bem, a cidade não estaria como está. Então, quem passou pela Prefeitura de Porto Alegre tem responsabilidade também.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB): E outros espectros políticos também ficaram 16, tá? Então, vamos repor a verdade. É importante repor a verdade. Em segundo lugar, a questão da água, quero falar de fatos, mas depois eu dou a resposta política que tem que ser dada aqui. De 2021 a 2023, foram investidos R\$ 93 milhões, entre o ano de 2021 e 2023, com a ampliação da rede que atendeu cerca de 50 mil pessoas na cidade. No Morro da Cruz, é importante ser dito, foram instaladas entre 420 e 430 novas caixas d'água. E eu gostaria de passar um dado que é extremamente importante que não é suficiente. Não estou fazendo aqui... não dá para... nós temos que falar a verdade, isso não é suficiente, mas o que foi feito até agora também não deixa de ser importante. Está aqui no celular, no Morro da Cruz, são 5.953 metros de redes de Polietileno de Alta Densidade – PEAD – para ligação de 550 novos ramais, mais de 400 unidades já ativas, benefício para 2.235 moradores. É insuficiente? Pode ser que seja, mas já está sendo feito. O que eu gostaria, Faccin, de perguntar a ti – e talvez seja a pergunta mais pertinente, uma das mais pertinentes das que já foram feitas aqui – é, por exemplo, o seguinte: eu vejo uma matéria que obra de extensão de redes de água no Morro da Cruz está em fase final. Esta é uma matéria de 2023, ela é oficial. Tem previsão de término dessa obra que está sendo citada aqui? Em segundo lugar, eu quero solicitar ao Presidente da comissão, Ver. Giovani Culau, que nós paremos com essa balela, porque é uma falta de informação, Presidente Giovani...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Não, não, a balela é quanto a outro assunto, não quanto a esse aí. A questão é a seguinte: essa questão do caixa do DMAE; uns vêm aqui e dizem que são R\$ 300 milhões que tem em caixa, outros dizem que são R\$ 500, nós queremos saber se tem esses R\$ 300, se tem R\$ 500, se não tem nada. Acho que é importante a gente ter uma reunião com o DMAE para

saber a verdade com números. Não vir aqui um dizer uma coisa, outro dizer outra, e fica por isso mesmo. Então, é importante ter essa reunião. Já deixo solicitado e consignado para o encaminhamento dessa situação que eu acho que é importante.

Nós queremos a informação sobre essa matéria que está no *site* da Prefeitura que a obra de extensão de redes de água no Morro da Cruz está em fase final. Em que pé está isso, diretor? E também nós queremos saber o quanto está em caixa nessa questão do DMAE? Para investimentos, não só no Morro da Cruz, como na Lomba do Pinheiro, como no Morro Santana, como na Santa Rosa de Lima, como na Nova Gleba, enfim, em toda a cidade.

E das questões de ordem política que foram colocadas aqui, Ver.^a Karen, a senhora que é uma apoiadora do Lula, eu acredito tanto no governo Lula quanto a senhora acredita no governo Melo. Aliás, o Lula veio aqui e fez um monte de promessas, como ele fez da última vez, e não entregou nada. Então, ele fez um anúncio de promessas agora. Aliás, o metrô que a Dilma prometeu está fazendo aniversário de 11 anos. Veio aqui e não cumpriu.

(Manifestações na plateia.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Então, eu quero saber cadê o metrô? Não, não, isso é...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pablo, o MDB faz parte da gestão do Trensurb.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Não a nossa parte.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ah, pois é.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): É isso, Ver. Pablo Melo?

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Não, perfeito. Então, o seguinte, se é para...

(Manifestações na plateia.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Eu acho que eu deixo duas perguntas aqui. Não, eu não estou rezando para convertido, a gente sabe que cada um aqui tem o seu lado político, a gente sabe o partido de cada um e a gente respeita. Mas, eu quero saber cadê o dinheiro, Lula? Cadê para o saneamento básico? Cadê para o Trensurb? Transporte público? Precisamos de apoio do Lula aqui também. Precisamos de apoio do Lula aqui também, tá? Um abraço.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Gente, agora, nós vamos ouvir, para esse fechamento, a Angela, e o diretor para dar retorno às questões que foram trazidas. Depois, nós vamos fechar a reunião com os encaminhamentos.

SRA. ANGELA COMUNAL: Eu vou pedir licença à Mesa, eu gostaria daquele outro microfone, porque eu vou ficar em pé. Só colocando, eu fiz um resgate na minha primeira fala do que aconteceu no Morro da Cruz. E aquele resgate desde o dia 25 de dezembro, Natal, de 2021. Nós estamos em 2024 – certo? – e pouca coisa mudou. Em vez de ficar 60 dias sem água, a gente ficou seis, sete. Tá, mudou 10% dos dias, mas isso não diz que a gente tem que levantar sem conseguir escovar os dentes, que a gente tem que acordar sem poder ter uma água para um café – que eu adoro café – sem poder ter água para as crianças tomarem banho ou tomarem alguma coisa antes de ir para a escola. Ou chegarem à escola e ela estar fechada, como a escola Judith que, desde 2020, está com a caixa d'água sem água. Por que? Porque foi interditada com a questão de poder cair a caixa d'água, pela estrutura. E a Prefeitura até hoje não

deu solução, mesmo depois de a comunidade escolar tentar, por diversas vezes, ter uma nova caixa d'água. Então cada vez que falta água no Morro da Cruz não tem aula na escola Judith. Na escola do Morro da Cruz até tem, porque eles têm um grande reservatório. Certo? Muitas das famílias buscavam água na escola Morro da Cruz com garrafinha de dois litros. Nós temos fotos disso. A Associação de Mulheres Maria da Glória, em 23 de março, há um ano, quando o prefeito subiu no Morro da Cruz, dizendo que esta obra que tu estás perguntando agora quando termina, estava lançando a finalização da obra. Ele foi lá para fazer inaugurar a obra que estava pronta, e isso em 2023, eu estou ali com o ofício que a Associação de Mulheres Maria da Glória entregou na mão do diretor do DMAE, na época, e para o prefeito. Até hoje a associação não teve resposta deste ofício, em que a gente trazia as várias questões. Uma das questões, onde moram a Bárbara e a Lurdes, que falaram, que fizeram a obra até um pedaço da rua, deixaram 100 metros e continuaram após, porque a empresa esqueceu de 100 metros de rede, e a comunidade falava, falava em reunião, e diziam que a gente estava mentindo, até que a gente teve que levar, pedimos e levamos assessora comunitária do DMAE para ela ver e cavar. Nós emprestamos uma enxada pra eles cavarem e verem que não tinha rede. Isso aconteceu. Outra, na Travessa São Guilherme, três casas que ficaram, a obra terminou, e as três casas ficaram sem água, não tinha ligação. "Ah, porque tem uma pedra". Mas e não tem solução para isso? Aquelas três famílias vão ficar até quando sem água? Porque não ligaram a rede de água para eles, mas de tanto a gente questionar, foram lá e ligaram. Só que nessa altura ali, não tem como chegar à pipa, não tem, são espaços que não têm. Beco 3, não tem como chegar pipa, não tem. Então, nesses locais, o que a gente está falando, a gente não está mentindo, e quando a gente vai para uma reunião e a gente ouve um deboche, como agora há pouco aconteceu e poucas pessoas viram, de um vereador chegar depois da reunião começada e rir da gente, olhar para a gente e dar risada, isso para nós é deboche. Porque a gente está passando na pele, a gente está passando na pele. A situação que tu citaste, Oliboni, de a gente ter que ir para baixo de uma caminhonete do DMAE e não deixar a equipe sair, é porque

todas as equipes subiam aquele dia, nós já estávamos há seis dias sem água, as equipes subiam, olhavam o baita do buraco que tinha e voltavam. E daí a última a gente não deixou sair, foi a única solução que a gente achou de não deixar sair e poder resolver. Daí a gente fez a equipe terminar o serviço, no outro dia, domingo de manhã, o diretor do DMAE estava lá e voltou a água no domingo. Bom, é uma decisão política se a gente vai fazer a obra ou não. As caixas d'águas que foram entregues – e daí tinha a obra para instalar a caixa d'água – caíram, e as pessoas estão aqui e sabem disso. A obra que foi feita para as estruturas, as estruturas caíram, porque não tinha como ficar. Outra situação, famílias que não têm o que comer, a Associação de Mulheres Maria da Glória faz almoço, duas vezes por semana para mais de 300 pessoas e essas pessoas não têm o que comer. Essas pessoas não tinham como ligar a caixa d'água, porque a caixa d'água foi entregue com a sua bomba. Mas e ligar da rede até a caixa? Quem tinha dinheiro para comprar os canos? E o absurdo é que a gente faz os movimentos e não tem resposta, como esse ofício que foi feito há um ano e não responderam à associação. É uma associação que tem CNPJ, e não teve resposta. Então assim, Santana do Agreste, que a Luísa não teve coragem de conversar, de falar, mas as famílias da Santana do Agreste não tiveram a caixa d'água e elas sofrem com o problema, e elas estão abaixo da cota 157. A gente aprendeu várias coisas nesse processo, o que é cota, qual é a estação disso... E a as duas cotas, tanto a 157 e a 200 foram... Sabe quando elas foram construídas? Alguém sabe? Na Administração Popular, há 20 anos, há 20 anos! E depois disso o que teve de obra, o que teve de estrutura? Nada! Então não vem me dizer que durante a Administração Popular a gente não teve melhorias no Morro da Cruz. A gente tinha asfalto, a gente tinha extensão de rede, a gente teve a construção das duas escolas que a gente tem, tudo com a Administração Popular. O que avançou há 20 anos? Nada! Nada, só retrocesso! Obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ângela. Nós vamos passar agora para o diretor Faccin, depois a gente tem a inscrição do Ver. Jessé e depois nós vamos encerrar a reunião. Fica à vontade, diretor.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Quanto tempo eu tenho para falar? Duas horas, mais ou menos?

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Daí a gente convoca uma próxima e daí a gente pede que tu tragas também o diretor porque a gente espera muito a presença dele. Só antes, quero corrigir um erro meu, citar a presença da representação do mandato da Deputada Federal Maria do Rosário. O Nicolas está aqui presente. O microfone está à tua disposição, diretor.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Eu fui anotando muitas coisas aqui, eu vou tentar organizar, mais ou menos, as informações é falar um pouco assim... Eu acho que eu tenho que voltar um monte no tempo para trazer a questão do questionamento do senhor ali da Zona Norte, sobre a estrutura do DMAE, por que não é empresa pública, o que é o departamento... Até 1962, o saneamento de Porto Alegre era prestado direto pela municipalidade, através da Secretaria de Obras, não sei exatamente o nome, na época. Em 1962 foi criado o DMAE, como uma autarquia. Por que autarquia? A autarquia tem receita própria e ela gerencia as suas finanças. Por que isso? Porque até 1962, o saneamento caía no caixa único, caixa comum do Município e disputava as prioridades com educação, saúde... Então por isso o DMAE foi criado como autarquia e o DMAE usa como fonte a sua própria receita. Então a gente presta o serviço, cobra por esse serviço e reinveste esse valor. Em 1962 era água, esgoto e drenagem, depois foi criado o DEP, saiu a drenagem, e voltou a drenagem agora há quatro anos, foi incorporada então novamente a drenagem. E aí o DMAE desenvolve, ao longo do tempo, seus planos de investimento. A gente começou com o Plano Diretor de Água, Plano Diretor de Esgoto, o PMSB, que o Ver. Giovanni falou é de 2015, que compila os planos de água, esgoto, drenagem e resíduos. O PMSB apontava uma série de intervenções, por exemplo, a questão da ampliação do Menino Deus está no médio prazo. O Plano Diretor apresenta intervenções em curto prazo, que seria até 2020; médio prazo, até 2030 e longo prazo até 2035.

Então a ampliação do Menino Deus estava no médio prazo. O DMAE inclusive tem os projetos executivos de ampliação do sistema Menino Deus, que existem, a gente desenvolveu esses projetos também em 2015, no mesmo momento que desenvolveu os projetos da Ponta do Arado. O que a gente identificou? Era mais crítico ampliar, investir no Belém Novo, investir no novo sistema do Arado do que ampliar o Menino Deus. O morador Nelson falou que sobraria água do Menino Deus; não, sobra água do Moinhos de Vento; o Menino Deus trabalha também dentro de um limite, é menos crítico do que Belém; Belém trabalha ainda mais no limite, por isso que a gente consegue, em alguns momentos, botar mais água do Menino Deus para Belém, e, em alguns momentos, precisa botar mais água de Belém para o Menino Deus. O Ver. Pablo e a Ver.^a Karen falaram da questão PAC e governo federal. A gente inscreveu na seleção do PAC a ampliação da captação do Menino Deus. A gente inscreveu um projeto por quê? Quando o Guaíba fica muito baixo, a gente tem alguma dificuldade na captação, então essa foi uma das obra que nós inscrevemos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E essa é a solução definitiva, diretor?

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não, não, é que isso é uma solução que garante, no verão, que tu não vais correr risco de diminuir a vazão do Menino Deus. A gente garante a qualidade da água captada no Menino Deus, para que ela não corra risco de ter que diminuir a produção. É mais uma garantia, a gente tem que trabalhar com segurança, a gente tenta achar várias formas, como eu falei: ah, jogar de um sistema para outro não deixa de ser uma segurança. A captação ali, eu acho que é uns vinte e poucos

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Isso, esse específico da captação do Menino Deus que a gente inscreveu no PAC é uns vinte e poucos milhões, é dos menores, mas a gente inscreveu quase R\$ 1 bilhão, seis projetos de drenagem,

três de esgotamento sanitário, três de abastecimento de água. Está em processo de seleção, a gente não sabe quanto tempo para isso.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Só me permite, diretor, um parêntese. Tu estás falando de uma parcela das obras que envolvem o sistema Menino Deus, que é de captação.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Exato, é o de captação.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mas é na qualificação do sistema Menino Deus, em intervenções que já estão previstas no plano de 2015, as demandas necessárias para a solução definitiva.

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não, assim, vamos lá. No curto prazo, o que estava no plano de 2015, foram executadas as obras que estavam previstas no curto prazo. Tinha ampliações de adutoras, a gente só não fez a ampliação da adutora da São Manoel. A gente ampliou o bombeamento da São Manoel, ampliou a adutora da Cristiano Fischer, ampliou o bombeamento da Cristiano Fischer, a única obra que não foi executada foi a ampliação da adutora da São Manoel, justamente porque a gente optou por investir no ampliar o sentido lá por Belém. Mas, com certeza, no médio prazo, a gente vai ter que ir atrás de executar também a ampliação do Menino Deus. A área operacional do DMAE executou ações de redução de perda, controle de pressão nas áreas do Menino Deus também, para diminuir o consumo, para tentar equalizar.

O que é que a gente está fazendo neste momento, para tentar reduzir os desabastecimentos? Essa adutora de reforço que a gente vai tirar água do Moinhos de Vento para ampliar, para abastecer a parte da Perimetral que hoje é abastecida pelo Menino Deus. A gente trabalha com a perspectiva de que sobriam ou reduziriam cem litros da produção do Menino Deus para disponibilizar mais vazão para parte do Morro da Cruz, para parte da Vila dos Sargentos, para parte da Vila Brasília. Essa obra deve estar iniciando no início

do próximo mês, são dois mil metros de rede, mais ou menos, não é uma obra tão longa, ali para dentro do bairro Petrópolis. Então, a gente vai detonar as ruas do bairro Petrópolis, mas faz parte do desenvolvimento da cidade, com a ideia de a gente conseguir botar um pouco mais, na verdade, disponibilizar um pouco mais de água para ali. Como eu falei, a gente pretende ampliar os dois bombeamentos, cem litros por segundo. A gente pretende ampliar os bombeamentos então... A gente tem um sistema de bombeamento que a gente chama de *booster*, que são bombas que são enterradas num poço dentro de um charuto. É um sistema que tu tens uma bomba só, então tu não tens bomba reserva, ela toca direto 24 horas por dia quase. Qualquer manutenção, tu tens que parar todo o sistema, porque tu tens que desmontar essa estrutura.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: As intervenções que a gente pretende fazer é trocar esses dois bombeamentos, que é o da Menina Alvira e o próprio da cota 200, por um sistema que é com duas bombas, que tu consegues revezar e, em qualquer manutenção, tu tens essa possibilidade. Então diminui as paradas para manutenção dos bombeamentos. A gente pretende...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Não, a cota 157, ela não tem deficiência, porque ela já é uma bomba, casa de bomba mesmo, caixa, ela não é enterrada. A gente pretende fazer uma adutora a partir da Oscar Pereira, para botar água ali no presídio, mesmo que o presídio esteja sendo reformado, demoliram a parte antiga, continua tendo um grande consumo de água. E continua tendo vazamento, porque eles estão ainda em obras lá dentro. O presídio era o nosso maior consumidor, agora diminuiu um pouco, mas continua sendo muito consumo. A ideia também é tirar essa água, não precisar botar essa água pela São José, Cristiano Fischer e São José, e botar lá pelo lado da Oscar Pereira.

Ali seria, a gente estima, uns 20 litros, mas cada litro faz diferença. Isso para vocês, que estão lá, com certeza vocês têm essa percepção de cada intervenção. Essas duas intervenções de EBATs, a gente está especificando, a gente encontrou no mercado uns equipamentos que é tipo um contêiner mesmo, então, não precisa construir o prédio. A gente pretende fazer essas duas intervenções, a adutora de reforço e a adutora do presídio, todas elas para o próximo verão. Esse é o nosso planejamento, a gente está trabalhando para isso. A gente também vai trabalhar na revisão dos limites, por quê? A ideia de fazer o abastecimento pelos reservatórios, que, inclusive, foi uma ideia minha, saiu da minha cabeça essa concepção, na prática, não deu certo. Não foi um desperdício, naquele momento, as situações possíveis eram essas. Assim como essa concepção da adutora de tirar água do Moinhos de Vento para botar para lá também partiu dos técnicos. Talvez lá, naquele momento que o prefeito esteve lá, que disse que não tinha água sobrando, ou que o diretor-geral esteve lá e disse que não tinha água sobrando, é porque, fisicamente, tu não conseguias chegar com a água. Por isso que a gente tentou, olhou todas as ruas, todas as vias da cidade ali daquela região, para ver de que forma a gente conseguiria botar água. A gente tem que achar, não é uma coisa assim que tu riscas um papel, e vamos sair fazendo. Tem todo um estudo por trás até chegar na conclusão que era viável essa solução. Como a gente tinha pensado esses dois níveis de reservatório, a gente estava abastecendo pelos reservatórios uma parte abaixo da cota 200. Então, hoje, a gente está bombeando para abastecer uma parte baixa. A gente vai rever esses limites, para tentar deixar um pouco mais na cota, no bombeamento da 157, e um pouco menos no bombeamento da cota 200. Esses limites a gente já vai começar agora a estudar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCO ANTONIO GIL FACCIN: Isso, é. O Ver. Pablo perguntou da matéria da conclusão da obra. Realmente, essa obra de implantação de redes, a gente substituiu trechos, provavelmente lá em março, que comentou que a obra estava

finalizando, era a etapa que a gente estava fazendo das ligações nas casas, ela não estava concluída, estavam se fazendo as ligações nas casas. Eu acho que não foi uma inauguração, foi mais uma visita da obra. Naquele momento, que estavam se fazendo as ligações, se seguiu mais um tempo fazendo ligações, depois começou o processo de corte das redes, e aí, todo corte, tu precisas parar o abastecimento, causa desabastecimento, então, tu tens que fazer uma programação mais espaçada, não tem como fazer toda semana, porque já tem outros problemas. A gente gerar mais um problema, por exemplo, esse desabastecimento dos seis dias que tu comentaste foi por causa de vazamentos na rede, o T de ligação foi mal-executado, a gente cobrou da empresa, ela refez, isso foi falha executiva da empresa. A gente a acionou, ela refez e vai indenizar o DMAE e os outros em que a equipe do Edson já tinha consertado. Então são questões que surgem na obra. A gente tinha fiscalização, tinha uma engenheira nossa responsável, uma das nossas engenheiras mais experientes, mais entendidas do PAD. A gente tinha um fiscal de campo, então DMAE acompanhava a obra, claro que não 100% do tempo, mas a gente estava o máximo de tempo presente para acompanhar todo planejamento, toda execução. Porque a gente mede isso, até depois eu queria ver certinho qual foi esse trecho que não tinha rede. Porque, também, o projeto foi feito considerando aproveitar alguns trechos, substituir os trechos e ampliar outros trechos. Talvez era algum trecho que, no cadastro, existia e: “Ah, vamos manter esse trecho aqui.” Então depois, daqui a pouco, eu pego o teu telefone, e a gente conversa. É isso, a gente está fazendo algumas intervenções ainda, a gente tem que pensar num sistema, e vocês falam muito: “Ah, no sistema do DMAE tem aquela informação, pelo meu sistema, teria pressão suficiente para abastecer.” Então a gente vai ter que pensar mecanismos em que a gente consiga ter melhor essa informação para tentar entender o que está acontecendo, por que áreas que deveriam estar com pressão não estão. A gente tem que construir um modelo de um centro de controle operacional específico para acompanhar aquela região. Nisso a gente pode trabalhar também com vocês.

Eu só não falei da questão do caixa do DMAE, eu comecei a falar da estrutura do DMAE e da receita não falei. Então sempre sobrava dinheiro no caixa e o DMAE antecipava valores para a Prefeitura, num primeiro momento, da tarifa do pluvial. Por alguns anos se fez esse processo e, no ano seguinte, não repassava, então descontava. Os últimos repasses que foram feitos foram para antecipar pagamentos do Pisa – o Pisa foram obras financiadas –, quem pega o financiamento é a Prefeitura e o DMAE paga para a Prefeitura repassar. Então ali foram antecipações da quitação, não foi empréstimo. Na verdade, o DMAE antecipou os valores e a Prefeitura segue pagando, para a Caixa, o financiamento ao longo do tempo. Hoje eu não sei exatamente o valor, se é 300, se é 400 que a gente tem em caixa, mas uma parcela disso é prevendo o que a gente tem hoje de financiamentos, prevendo um déficit de previdência. Porque a gente tem uma curva ainda de aposentadorias; o DMAE paga a diferença da aposentadoria então tem uma curva. Na época do Presser ele estudou bem isso até 2033 eu acho, que é o ponto onde começa a baixar essa curva. Então por isso que DMAE tem que ter... A gente teria que ter, talvez, em vez de 400 milhões, ter 200 milhões para garantir o funcionamento do DMAE. Mas a gente demorou em alguns investimentos, por exemplo, a própria Ponta do Arado em que foi rescindido o contrato, mas tinham ali contrapartidas, tinham valores que o DMAE teria que estar investindo também, não é só recurso de fora. Então esse colchão também é para pagar as contrapartidas, para pagar os financiamentos, por isso que é importante ter uma diretoria financeira que faz essa gestão e pode ser chamada para uma próxima reunião específica.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, diretor. Eu tenho uma lista de encaminhamentos. Eu queria pedir para todo mundo que está presente, Ângela, para a gente fazer um esforço para conseguirmos concluir a reunião nos próximos minutos. Então que ninguém saia, que todo mundo mantenha a atenção. Nós temos a fala ainda do Ver. Jessé Sangalli, que chegou aqui na nossa reunião; nós vamos garantir o direito de fala a ele. Mas eu quero reforçar o pedido de paciência de todo mundo para concluir

essa reunião para que a vinda de vocês tenha valido a pena. Nós temos vários encaminhamentos a fazer, então, quero pedir esse esforço ainda nos próximos minutos.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Só para rebater o que a moradora falou que chegou um vereador atrasado e estava dando risadinha. Na verdade, ela fez uma piada falando que, se tivesse um prédio da Melnick lá, teria água. Mas, se ela fez uma piada, então eu ri da piada dela. Não é ofendendo os moradores, primeiro ponto. Segundo ponto, é proibido construir construções formais em boa parte da região da cidade porque o nosso Plano Diretor reserva esse espaço teoricamente para reserva ambiental. Mas acabam acontecendo essas ocupações que, se tivessem autorização para construir formalmente, vocês teriam inclusive essa infraestrutura que hoje é negada justamente por conta dessa questão do Plano Diretor. Então, muitas vezes, o Plano Diretor tem uma boa intenção, mas, na prática, proíbe que vocês construam de maneira formal. E vocês, que não têm, muitas vezes, a posse da casa, do terreno onde moram não se sentem confortáveis para construir uma coisa mais formal, mais longa e acabam ficando reféns de ter que construir uma coisa mais informal. Então, na verdade, é o contrário; nós queremos que possam construir de fato. Muitas vezes as pessoas que dizem que defendem vocês, que não permitem que vocês... Só para fazer esse registro.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Só para a gente concluir a reunião, o Ver. Pablo tem um encaminhamento, depois eu vou fazer os meus e, se tiverem agregações, a gente soma às contribuições.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Da nossa parte, Ângela, falei para o nosso Presidente Culau, respeitando quem tem posição política diferente, eu acho que esse ofício que tu colocaste da associação, se pudesses me entregar para eu entregar para os membros do governo – para mim ou para o Ver. Cassiá Carpes

–, que são os vereadores da base, posso fazer para que vocês tenham uma pronta resposta.

Eu deixo esse encaminhamento, Presidente Culau, e a gente se dispõe a ter uma resposta formal da parte da associação de vocês.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Acolhido o teu encaminhamento Ver. Pablo. Eu quero compartilhar com vocês que, ao ouvir cada um e cada uma, não é possível não ter outro sentimento que não o de compreensão com a falta de paciência que vocês têm. Não é possível que se exija paciência, é evidente que, com a vinda de vocês aqui, o que vocês querem é a resposta para soluções dos problemas que vocês enfrentam cotidianamente há bastante tempo. Eu acho, Pablo, Cassiá, Karen, Jessé que ninguém conhece melhor o problema do que quem está aqui hoje. São vocês que sabem quando falta água, onde falta água. Às vezes, vocês sabem melhor do que o sistema do DMAE quando tem água e quando não tem na torneira. E, evidentemente, que, se por um lado, vocês é quem compreende melhor o problema, são vocês também que entendem melhor os impactos.

Eu quero pedir, e eu acho que tem, se não de todo mundo, da maioria, no mínimo sensibilidade com os relatos que vocês trouxeram aqui de as crianças irem para a escola sem banho, de não ter água para tomar café, para escovar os dentes, para fazer comida, para matar a sede. Tu imaginas, problema de saúde por consequência da falta de água ou da água sem qualidade? Sequer o Natal é preservado de quem mora no Morro da Cruz e em outras regiões da cidade. Se por um lado eu não tenho dúvida que vocês é que entendem melhor tudo isso, não é responsabilidade, Pablo, deles e delas saberem se o problema está na ETA, na EBAB, na EBAT, na adutora. Essas são questões técnicas que quem tem que responder é o poder público, e quem tem que assumir a responsabilidade é inclusive quem venceu a eleição, porque disputou, se colocou à disposição e assumiu essa responsabilidade. Nós aqui também – enquanto vereadores de oposição, de situação – precisamos cumprir o nosso papel. Essa população sabe bem que a solução não virá da noite para o dia,

porque enfrenta isso há muitos anos. Agora, eu acho que a Angela, Ver. Cassiá, no início colocou bem: queria que esse debate fosse feito aqui, nesta comissão, para que a gente tenha o registro, para que o debate seja público, para que a gente não perca a memória, como a Ver.^a Karen colocou. E, evidentemente, quando a gente faz um debate assim, Angela, as coisas vêm à tona. O diretor fez uma boa correção, mas a correção que tu fizeste, diretor, é simbólica, se sobra água no Moinhos de Vento, e falta água no sistema que abastece o Morro da Cruz, isso diz muito sobre onde falta água e onde não falta na nossa cidade. Isso tem muito a ver com o que tu falavas, de como esta cidade, não só Porto Alegre, como as cidades foram construídas, porque a gente sabe onde falta água, onde falta transporte público de qualidade, onde falta moradia, onde está a área de risco. Eu, que sou lá do Extremo-Sul, sempre falo da Restinga; o que é a Restinga senão um processo de exclusão do povo mais pobre de onde tem serviços públicos de qualidade? Então, dito tudo isso, gente, eu quero ir para os encaminhamentos concretos, que é o que precisa dar sentido para a vinda de vocês aqui. Eu acho que a gente precisa imediatamente – daí não é uma ação minha, eu estou propondo que seja da Comissão – de pelo menos dois pedidos de informações. Um pedido de informações para que a Prefeitura nos responda formalmente – e que isso seja um instrumento da Comissão e também da comunidade – um balanço sobre as ações paliativas que foram feitas pela atual gestão. Isso é para a gente saber quantas caixas d'água tiveram, foram distribuídas, como foram pagas, o que foi feito e o que não foi feito, para gente sair dessas informações, que num lugar se diz uma coisa e noutro lugar se diz outra. Então, esse é o primeiro pedido de informações de balanço.

O segundo, o diretor respondeu, nas condições que tinha aqui de resposta, sobre esse tema de quanto tem caixa no do DMAE. A Ver.^a Karen também comentou sobre isso, nós fazemos um pedido de informações da Comissão sobre a situação financeira e quanto tem em caixa hoje no DMAE, se é 300 se é 400. O diretor trouxe questões aqui importantes que me levam a crer que está certo quem diz que há recursos no DMAE à disposição para serem investidos para o

atendimento da população. Então, esse pedido de informações acho que é importante.

A terceira questão, Angela, é desdobramento do que nós estamos debatendo aqui, mas eu acho que esta Comissão precisa se somar para a Prefeitura dar uma solução, e eu não sei se é a partir da Secretaria de Educação, mas nós precisamos resolver o tema da caixa de água da escola Judite. Então, aqui não é um pedido de informações, mas um pedido de providências e um acompanhamento do conjunto da Comissão. Nós não podemos deixar que as nossas crianças fiquem sem água. Então, esse é o terceiro encaminhamento que eu quero propor aqui.

E o quarto encaminhamento, eu acho que ele se relaciona, o quarto e o quinto, com o que tu propuseste, Pablo. Foi reconhecido que partes da população não foram atendidas pelas ações da Prefeitura. Foi citado aqui o Beco 3, esse caso que a Angela fala, que se construiu uma intervenção e ficaram três casas de fora. E isso tem a ver com o que eu falava antes que quem entende melhor a situação é a comunidade. A maior parte de quem está aqui é justamente essas parcelas que ficaram de fora. Então, que a gente possa fazer uma ida desta Comissão no DMAE, contigo, Angela, e mais uma outra representação, para a gente abrir esse mapa: quais as três casas que ficaram de fora; qual é a ligação que ficou de fora; o que a gente pode fazer com quem não está sendo atendido. Então, o meu quarto encaminhamento é uma visita desta Comissão com duas representações da comunidade lá no DMAE para a gente ir para o detalhe das coisas. E eu estou entendendo aqui, gente, que a solução definitiva – e o que a gente quer é solução definitiva...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): É a gente batalhar junto pela consolidação de toda essa qualificação que precisa no tal do sistema Menino Deus. O Ver. Cassiá falou bem aqui, a gente aprende muito aqui. Gente, caminhão pipa, não sei o quê, etc. é paliativo, e o que a gente quer é não ter

mais esses problemas. Então, nós vamos ter que fazer uma luta que encare esse desafio de executar todas as obras do sistema Menino Deus que a gente precisa para a solução definitiva de vocês, e isso é luta com governo Melo, isso é luta com o Presidente Lula, que eu me orgulho de ter eleito. Então, é a luta e o compromisso que eu quero estabelecer com vocês e que eu acho que tem que ser desta Comissão. Pergunto se os meus colegas concordam com esses encaminhamentos, pedido de informações, pedido de providências, e, se tiver mais algum para agregar, Cassiá, só para eu não falar mais nada aqui hoje... Hoje é meu aniversário, então... Assim já falei que... Não, não precisa puxar o parabéns, Angela. É significativo, para mim, começar esse dia aqui com vocês, o que me constituiu. É meio louco pensar que cheguei aos 30 anos, tenho 1,60 m de altura, às vezes sou confundido com a gurizada na escola, mas o que acabou ganhando sentido principal na minha vida é lutar por vida digna para o nosso povo. Então, é lutar para que o nosso povo tenha água na torneira para beber, tenha moradia, não passe fome. Então, eu fico feliz de, aqui no início das comemorações do meu aniversário, estar com vocês na luta. Então, contem comigo pelos próximos 30 anos, “bora” junto, e agora vamos ouvir os demais vereadores com outras contribuições. Muito obrigado, gente, valeu mesmo.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Presidente Culau, eu acho que, para a gente melhorar nossas condições na Comissão, quando se trata de uma autarquia, tem que vir a pessoa das finanças; quando se trata de um órgão da Prefeitura, tem que vir do planejamento; e, se possível, também da Fazenda quando se tratar de soluções. Porque as soluções só serão resolvidas com verba, com estar no orçamento, tudo isso que nós sabemos. Então, eu peço que sempre... senão nós vamos enxugar, pois sempre falta o detalhe mais importante que é a pessoa que tem que decidir. E autarquia, como explicou o Marco, ela tem autonomia,. E depois eu peço também, não sei se ficou bem claro aí, que a gente estabeleça se a Prefeitura está devendo até hoje e, se deve, desde quando, os empréstimos foram dados no passado. Então, é importante isso aí para nós sabermos. O DMAE, volto a frisar, sempre foi taxado como primo rico,

porque arrecada na boca do caixa, portanto nós precisamos saber melhor como funciona a administração e a parte financeira já que isso não é do caixa única, é especificamente do DMAE. Isso é muito importante para nós.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Vamos incluir isso, Ver. Cassiá, no pedido de informações que nós encaminhamos. E, só para compartilhar contigo, com os colegas vereadores e com todo mundo, nós adotamos, desde o primeiro momento, além dos convites direcionados, então o convite de hoje foi direcionado para diretoria-geral do DMAE. Nós temos feito o convite também para o gabinete do Prefeito, que é, até onde foi nos passado, onde também se gerenciam as convocações de quem representará o governo aqui nas reuniões da CUTHAB. Mas importante o registro e precisa...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Nada contra o Marco, o Marco foi perfeito aqui com a resposta, mas ele tem um limite. Chega num momento em que ele diz: "Olha, não é comigo". Ele tem razão, ele não é o homem das finanças, não é o homem do planejamento.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Perfeito. Ver. Pablo.

SRA. ANGELA COMUNAL: Queremos entregar, então, o ofício de um ano atrás, a data está aí, a gente entregou na mão do prefeito. Obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Quero agradecer a todo mundo, então. Boa luta para gente, contem comigo, contem com esta Comissão, até que vocês tenham o que é direito de vocês, que é água na torneira e não passar sede. Um grande abraço, beijo, boa luta para gente. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h15min.)



TEXTO SEM REVISÃO